



# SUMÁRIO DO VOLUME 1

*Prefácio*, xxvii

*Nota à 9ª edição*, xxix

*Introdução*, 1

## 1 DIREITO PROCESSUAL CIVIL, 5

- 1.1 Conceito de direito processual civil, 5
- 1.2 Relação do direito processual civil com outros ramos do direito, 7
- 1.3 Fontes do direito processual civil, 9
- 1.4 Aplicação da lei processual civil no tempo, 15
- 1.5 Aplicação da lei processual civil no espaço, 18
- 1.6 Princípios processuais inseridos na constituição federal, 20
  - 1.6.1 Princípio do juiz natural, 22
  - 1.6.2 Princípio do devido processo legal, 25
  - 1.6.3 Princípio da isonomia, 27
  - 1.6.4 Princípio do contraditório e da ampla defesa, 31
  - 1.6.5 Princípio da motivação das decisões judiciais, 35
  - 1.6.6 Princípio da publicidade do processo e dos atos processuais, 39
  - 1.6.7 Princípio da razoável duração do processo, 41
- 1.7 Síntese conclusiva, 43
- 1.8 Principais súmulas aplicáveis aos assuntos tratados, 44

- 1.9 Principais dispositivos do projeto do novo CPC relacionados ao capítulo estudado, 44
  
- 2 JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA, 47
  - 2.1 Conceito de jurisdição, 47
    - 2.1.1 Jurisdição contenciosa, 53
    - 2.1.2 Jurisdição voluntária, 54
    - 2.1.3 O princípio da inércia, 57
    - 2.1.4 Atuação *ex officio*, 59
    - 2.1.5 Autodefesa, 61
  - 2.2 Competência – conceito, 63
    - 2.2.1 Momento da fixação da competência, 64
    - 2.2.2 Competência internacional, 66
    - 2.2.3 Competência interna, 68
      - 2.2.3.1 Competência originária dos tribunais, 69
      - 2.2.3.2 Competência da Justiça Federal, 71
      - 2.2.3.3 Competência da Justiça Comum Estadual, 72
        - 2.2.3.3.1 Competência do foro de domicílio do réu e o foro de opção, 73
        - 2.2.3.3.2 Competência do foro do domicílio do autor da herança, 77
        - 2.2.3.3.3 Foro do domicílio do ausente, 78
        - 2.2.3.3.4 Foro do domicílio do representante legal do incapaz, 78
        - 2.2.3.3.5 Foro da capital ou do território, 79
        - 2.2.3.3.6 Competência do foro de situação da coisa, 79
        - 2.2.3.3.7 Fixação do juízo competente, 82
    - 2.2.4 Competência absoluta e competência relativa, 85
    - 2.2.5 Critérios de modificação da competência, 91
    - 2.2.6 Conflito de competência, 98
      - 2.2.6.1 Competência para apreciação do conflito, 101
      - 2.2.6.2 Dinâmica e julgamento do incidente, 102
      - 2.2.6.3 Causa impeditiva da arguição do conflito, 103
  - 2.3 Síntese conclusiva, 104
  - 2.4 Principais súmulas aplicáveis aos assuntos tratados, 106

- 3 DA AÇÃO, 110
  - 3.1 Conceito de ação, 110
  - 3.2 Abstração e autonomia do direito de ação, 111
  - 3.3 Ação como direito público subjetivo, 114
  - 3.4 Condições da ação – conceito, 114
    - 3.4.1 Momento da verificação da existência das condições da ação, 115
    - 3.4.2 Legitimidade das partes, 121
    - 3.4.3 Interesse de agir, 125
      - 3.4.3.1 Interesse de agir nas ações preventivas, 128
    - 3.4.4 Possibilidade jurídica do pedido, 131
  - 3.5 Elementos da ação, 133
    - 3.5.1 Partes, 135
    - 3.5.2 Causa de pedir, 137
    - 3.5.3 Pedido, 139
      - 3.5.3.1 Pedido certo e determinado e pedido genérico, 141
      - 3.5.3.2 Interpretação restritiva do pedido × pedidos implícitos, 144
      - 3.5.3.3 Cumulação de pedidos, 148
      - 3.5.3.4 Pedidos alternativos, 151
  - 3.6 Classificação das ações, 152
  - 3.7 Síntese conclusiva, 156
  - 3.8 Principais súmulas relacionadas aos assuntos tratados, 158
  - 3.9 Principais dispositivos do anteprojeto do novo CPC relacionados ao capítulo estudado, 159
- 4 DO PROCESSO, 160
  - 4.1 Processo – conceito, 161
  - 4.2 Processo e procedimento – distinção, 162
  - 4.3 Espécies de procedimentos, 163
  - 4.4 O erro de forma do processo e as suas consequências jurídicas, 165
    - 4.4.1 Erro na nomenclatura da ação e as suas consequências jurídicas, 168
  - 4.5 Procedimento comum ordinário, 169
    - 4.5.1 Dinâmica do procedimento comum ordinário, 169
  - 4.6 Procedimento sumário, 171

- 4.6.1 Princípios informativos do procedimento sumário, 171
- 4.6.2 Dinâmica do procedimento sumário, 173
- 4.6.3 Requisitos específicos da petição inicial da ação de procedimento sumário, 174
- 4.6.4 Audiência de tentativa de conciliação no procedimento sumário, 175
  - 4.6.4.1 Apresentação da defesa na audiência de tentativa de conciliação e os seus desdobramentos posteriores, 176
- 4.6.5 Critérios para a adoção do procedimento sumário, 178
  - 4.6.5.1 Adoção do procedimento sumário pelo valor da causa, 179
  - 4.6.5.2 Adoção do procedimento sumário pela matéria, 179
    - 4.6.5.2.1 Arrendamento rural e parceria agrícola, 180
    - 4.6.5.2.2 Ações envolvendo condomínio e condômino para a cobrança de qualquer quantia devida, 181
    - 4.6.5.2.3 Ações visando obter ressarcimento por danos causados em prédio urbano ou rústico, 183
    - 4.6.5.2.4 Ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre, 184
    - 4.6.5.2.5 Ações para a cobrança de seguro visando ao ressarcimento de danos causados em acidente de veículo, 185
    - 4.6.5.2.6 Ações visando à cobrança dos honorários dos profissionais liberais, 186
    - 4.6.5.2.7 Demais casos previstos em lei, 188
- 4.7 Formação do processo, 189
  - 4.7.1 Estabilização da lide, 191
- 4.8 Suspensão do processo, 192
  - 4.8.1 Morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, do seu representante legal ou do seu procurador, 192
  - 4.8.2 Convenção das partes, 194
  - 4.8.3 Oposição de exceção de incompetência do juízo, da câmara ou do tribunal, bem como suspeição ou impedimento do juiz, 195

- 4.8.4 Prejudicialidade de outra causa, 196
- 4.8.5 Aguardo da demonstração de fato ou da produção de prova delegada a outro juízo, 197
- 4.8.6 Motivo de força maior, 198
- 4.8.7 Outras hipóteses de suspensão, 199
- 4.8.8 Prática de atos durante a suspensão, 201
- 4.9 Extinção da fase de conhecimento, 201
- 4.10 Pressupostos processuais, 203
  - 4.10.1 Pressupostos processuais de constituição, 204
  - 4.10.2 Pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo, 207
- 4.11 Do julgamento conforme o estado do processo, 209
  - 4.11.1 Julgamento antecipado da lide, 210
    - 4.11.1.1 Julgamento antecipado na hipótese da revelia, 212
  - 4.11.2 Do saneamento do processo, 213
- 4.12 Síntese conclusiva, 215
- 4.13 Principais súmulas aplicáveis aos assuntos tratados, 216
  
- 5 ATOS PROCESSUAIS, 217
  - 5.1 Atos processuais – conceito, 217
  - 5.2 Atos processuais – forma, 219
  - 5.3 Atos do juiz, 221
    - 5.3.1 Poderes, deveres e responsabilidade do juiz, 223
    - 5.3.2 Interposição do recurso de agravo de instrumento diante da omissão do magistrado, 226
  - 5.4 Atos das partes, 227
  - 5.5 Atos dos auxiliares da justiça, 228
  - 5.6 Do tempo e lugar dos atos processuais, 230
  - 5.7 Dos prazos processuais, 233
    - 5.7.1 Prazos próprios e prazos impróprios, 234
    - 5.7.2 Prazos peremptórios e prazos dilatórios, 235
    - 5.7.3 Informações de sistemas informatizados e sua repercussão no tema dos prazos processuais, 236
  - 5.8 Da comunicação dos atos, 236
    - 5.8.1 Das cartas, 237
    - 5.8.2 Da citação, 240

- 5.8.2.1 Teoria da aparência, 240
- 5.8.2.2 Comparecimento espontâneo do réu, 241
- 5.8.2.3 Modalidades de citação, 241
- 5.8.2.4 Efeitos da citação, 243
- 5.8.2.5 Da revelia e seus efeitos, 245
- 5.8.3 Das intimações, 249
- 5.9 Síntese conclusiva, 252
- 5.10 Principais súmulas aplicáveis aos assuntos tratados, 253
  
- 6 PARTES E PROCURADORES, 256
  - 6.1 Partes – conceito, 256
  - 6.2 Capacidade de ser parte, capacidade processual e capacidade postulatória – distinções, 261
  - 6.3 Substituição processual, 264
  - 6.4 Representação processual, 265
  - 6.5 Deveres das partes e de seus procuradores, 265
    - 6.5.1 Dever de expor os fatos em juízo conforme a verdade, 267
    - 6.5.2 Dever de proceder com lealdade e boa-fé, 268
    - 6.5.3 Dever de formular pretensões e/ou defesas devidamente fundamentadas, 268
    - 6.5.4 Dever de se abster da produção de provas e/ou da prática de atos inúteis ou desnecessários à declaração ou defesa de direito, 269
    - 6.5.5 Dever de cumprir mandamentos, com o afastamento de embaraço à efetivação de decisões judiciais, 270
  - 6.6 Responsabilidade das partes por dano processual, 271
  - 6.7 Do litisconsórcio – conceito, 273
    - 6.7.1 Litisconsórcio facultativo, 274
    - 6.7.2 Litisconsórcio multitudinário, 275
    - 6.7.3 Litisconsórcio necessário ou obrigatório, 276
    - 6.7.4 Prática de ato processual por litisconsorte e o seu aproveitamento em relação aos demais, 278
  - 6.8 Da intervenção de terceiros, 280
    - 6.8.1 Da assistência, 281
      - 6.8.1.1 Assistência litisconsorcial, 282
      - 6.8.1.2 Dinâmica da assistência, 283

- 6.8.2 Da oposição, 284
    - 6.8.2.1 Dinâmica da oposição, 286
  - 6.8.3 Da nomeação à autoria, 288
    - 6.8.3.1 Dinâmica da nomeação à autoria, 289
  - 6.8.4 Da denunciação da lide, 290
    - 6.8.4.1 Dinâmica da denunciação da lide, 294
  - 6.8.5 Do chamamento ao processo, 296
  - 6.8.6 Intervenção de terceiros nos procedimentos concentrados, 298
  - 6.9 Síntese conclusiva, 299
  - 6.10 Principais Súmulas aplicáveis aos assuntos tratados, 301
- 7 PETIÇÃO INICIAL, 302**
- 7.1 Petição inicial – considerações gerais, 302
  - 7.2 Forma da petição inicial, 304
  - 7.3 Requisitos da petição inicial, 305
    - 7.3.1 Autoridade a que é dirigida, 307
    - 7.3.2 Nomes e qualificação das partes, 308
    - 7.3.3 O fato e os fundamentos jurídicos do pedido, 309
    - 7.3.4 O pedido, com as suas especificações, 311
    - 7.3.5 O valor da causa, 311
    - 7.3.6 Protesto pela produção de provas, 314
    - 7.3.7 O requerimento para citação do réu, 315
  - 7.4 Emenda da inicial, 315
  - 7.5 Indeferimento da inicial, 318
  - 7.6 Síntese conclusiva, 321
  - 7.7 Principais súmulas aplicáveis aos assuntos tratados, 322
  - 7.8 Principais dispositivos do anteprojeto do novo CPC relacionados ao capítulo estudado, 322
- 8 DEFESA DO RÉU, 324**
- 8.1 Defesa do réu – considerações gerais, 324
  - 8.2 Defesas diretas e defesas indiretas, 326
  - 8.3 Prazo para o oferecimento da defesa, 327
  - 8.4 Forma da apresentação da defesa, 331
  - 8.5 Espécies de defesa, 334

- 8.5.1 Contestação, 335
  - 8.5.1.1 Princípio da eventualidade, 337
  - 8.5.1.2 Ônus da impugnação especificada, 338
  - 8.5.1.3 Defesa indireta do réu, 339
    - 8.5.1.3.1 Inexistência ou nulidade da citação, 341
    - 8.5.1.3.2 Incompetência absoluta, 341
    - 8.5.1.3.3 Inépcia da petição inicial, 342
    - 8.5.1.3.4 Perempção, 343
    - 8.5.1.3.5 Litispendência, 344
    - 8.5.1.3.6 Coisa julgada, 345
    - 8.5.1.3.7 Conexão, 345
    - 8.5.1.3.8 Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização, 347
    - 8.5.1.3.9 Convenção de arbitragem, 348
    - 8.5.1.3.10 Carência de ação, 349
    - 8.5.1.3.11 Falta de caução ou de outra prestação exigida pela lei, 349
- 8.5.2 Exceções processuais, 350
  - 8.5.2.1 Exceção de incompetência relativa, 351
    - 8.5.2.1.1 Dinâmica da exceção de incompetência relativa, 352
  - 8.5.2.2 Exceções de impedimento e de suspeição, 353
    - 8.5.2.2.1 Dinâmica das exceções de impedimento e de suspeição, 356
- 8.5.3 Reconvenção, 357
  - 8.5.3.1 Prazo para o oferecimento da reconvenção, 359
  - 8.5.3.2 A reconvenção e as ações dúplices, 360
  - 8.5.3.3 Pressupostos da reconvenção, 362
  - 8.5.3.4 Dinâmica da reconvenção, 362
- 8.5.4 Impugnação ao valor da causa, 364
  - 8.5.4.1 Dinâmica do incidente de impugnação ao valor da causa, 366
- 8.6 Síntese conclusiva, 366
- 8.7 Principais súmulas aplicáveis aos assuntos tratados, 367

- 8.8 Principais dispositivos do projeto relacionados ao capítulo estudado, 368
  
- 9 DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 370
  - 9.1 O Ministério Público – considerações gerais, 371
  - 9.2 Estrutura funcional do Ministério Público, 372
  - 9.3 Princípios relacionados à atuação do Ministério Público, 373
  - 9.4 O Ministério Público como parte, 374
  - 9.5 O Ministério Público como fiscal da lei, 376
    - 9.5.1 Intervenção nas ações que envolvem incapazes, 377
    - 9.5.2 Intervenção nas ações concernentes ao estado da pessoa e em outras situações correlatas, 379
    - 9.5.3 Intervenção em demandas de interesse público generalizado, 380
  - 9.6 Prerrogativas processuais do Ministério Público, 383
    - 9.6.1 Prerrogativa relativa à dispensa na antecipação das despesas processuais (art. 19, § 2º, do CPC), 384
    - 9.6.2 Prerrogativa relativa à legitimidade para arguição do conflito de competência (art. 116 do CPC), 384
    - 9.6.3 Prerrogativa na contagem dos prazos processuais (art. 188 do CPC), 384
    - 9.6.4 Prerrogativa para formulação de representação (art. 198 do CPC), 385
    - 9.6.5 Prerrogativa da intimação pessoal (art. 236, § 2º, do CPC), 385
    - 9.6.6 Prerrogativa da necessidade de intimação (art. 246 do CPC), 386
    - 9.6.7 Prerrogativa da apresentação de defesa genérica (art. 302 e parágrafo único do CPC), 387
    - 9.6.8 Prerrogativa atinente à legitimidade para a ação rescisória (art. 487, inciso III, do CPC), 388
    - 9.6.9 Prerrogativa para a interposição dos recursos (art. 499, § 2º, do CPC), 388
    - 9.6.10 Prerrogativa para requerer a instauração da execução (art. 566, inciso II, do CPC), 389
    - 9.6.11 Prerrogativa para a abertura do processo de inventário (art. 988, inciso VIII, do CPC), 389

- 9.6.12 Prerrogativa atinente à apresentação do requerimento de cumprimento da sentença, apoiado em sentença proferida em ação civil pública, na hipótese de inércia da associação (art. 15 da Lei nº 7.347/85), 390
- 9.7 Instauração do inquérito civil na realidade da ação civil pública – considerações gerais, 390
  - 9.7.1 Natureza jurídica do inquérito civil e suas finalidades, 393
- 9.8 Síntese conclusiva, 394
- 9.9 Principais Súmulas aplicáveis aos assuntos tratados, 395
  
- 10 DAS AUDIÊNCIAS, 396
  - 10.1 Considerações gerais, 396
  - 10.2 Audiência de tentativa de conciliação, 399
  - 10.3 Audiência de tentativa de conciliação no procedimento sumário, 402
  - 10.4 Audiência preliminar, 404
    - 10.4.1 Fixação de pontos controvertidos, 405
    - 10.4.2 Dinâmica da audiência preliminar, 406
    - 10.4.3 Dispensa da realização da audiência preliminar, 407
  - 10.5 Audiência de instrução e julgamento – considerações gerais, 409
    - 10.5.1 Hipóteses de adiamento da audiência de instrução e julgamento, 410
    - 10.5.2 Dinâmica da audiência de instrução e julgamento, 411
    - 10.5.3 Atos preparatórios da audiência de instrução e julgamento, 415
  - 10.6 Audiência na realidade do procedimento sumaríssimo, 417
  - 10.7 Síntese conclusiva, 420
  - 10.8 Principais súmulas relacionadas aos assuntos tratados, 421
  
- 11 DAS PROVAS, 422
  - 11.1 Disposições gerais – conceito de prova, 423
  - 11.2 Objeto da prova, 424
  - 11.3 Fatos que não dependem de prova, 425
  - 11.4 Momento da prova, 427
  - 11.5 Provas típicas (ou nominadas) e provas atípicas (ou inominadas) e a licitude e a moralidade da sua colheita, 431
  - 11.6 Classificação das provas, 435

- 11.7 Princípios informadores da prova, 436
  - 11.7.1 Princípio do contraditório e da ampla defesa na matéria das provas, 436
  - 11.7.2 Princípio da oralidade, 440
  - 11.7.3 Princípio da identidade física do juiz, 441
  - 11.7.4 Princípio da audiência bilateral, 442
- 11.8 Sistema de avaliação da prova, 444
- 11.9 A responsabilidade pela produção da prova, 446
  - 11.9.1 Ônus da prova, 446
  - 11.9.2 A recusa à submissão ao exame pericial e as suas consequências jurídicas, 450
  - 11.9.3 Inversão do ônus da prova, 452
- 11.10 Participação do juiz na colheita das provas, 453
- 11.11 Prova emprestada, 456
- 11.12 Espécies de prova, 458
  - 11.12.1 Da prova testemunhal – conceito, 460
    - 11.12.1.1 Inadmissibilidade e restrição da exclusiva produção da prova testemunhal, 461
    - 11.12.1.2 Apresentação do rol de testemunhas, 464
    - 11.12.1.3 Incapacidade, impedimento e suspeição das testemunhas, 467
    - 11.12.1.4 Contradita das testemunhas, 471
    - 11.12.1.5 Dinâmica da prova testemunhal, 473
  - 11.12.2 Da prova documental – conceito, 474
    - 11.12.2.1 Classificação dos documentos e sua força probante, 476
    - 11.12.2.2 Momento da produção da prova documental, 479
    - 11.12.2.3 Da arguição da falsidade, 481
      - 11.12.2.3.1 Natureza jurídica da decisão que põe fim ao incidente de falsidade, 483
  - 11.12.3 Da exibição de documento ou coisa – conceito, 485
    - 11.12.3.1 Dinâmica do pedido de exibição de documento ou de coisa, 485
  - 11.12.4 Da requisição de documentos pelo magistrado, 487
  - 11.12.5 Do depoimento pessoal – conceito, 488
    - 11.12.5.1 Momento do depoimento pessoal, 489
    - 11.12.5.2 Destinatário do depoimento pessoal, 491

- 11.12.6 Da prova pericial – conceito, 492
  - 11.12.6.1 Nomeação do perito e a indicação dos assistentes, 495
  - 11.12.6.2 A perícia nos processos concentrados, 496
  - 11.12.6.3 Momento da produção da prova pericial e sua dinâmica, 497
  - 11.12.6.4 Honorários periciais, 500
- 11.12.7 Inspeção judicial – conceito, 502
  - 11.12.7.1 Dinâmica da inspeção judicial, 503
- 11.13 Síntese conclusiva, 504
- 11.14 Principais súmulas aplicáveis aos assuntos tratados, 507

## 12 DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA, 508

- 12.1 Espécies de pronunciamentos judiciais, 509
- 12.2 Sentença – conceito e finalidade, 510
- 12.3 Sentenças de mérito e sentenças terminativas, 513
  - 12.3.1 Hipóteses de extinção do processo sem a resolução do mérito, 514
    - 12.3.1.1 Extinção na hipótese de indeferimento da petição inicial, 516
    - 12.3.1.2 Extinção na hipótese de paralisação do processo por mais de 1 (um) ano e abandono da causa por mais de 30 (trinta) dias, 520
    - 12.3.1.3 Extinção na hipótese de ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, 521
    - 12.3.1.4 Extinção na hipótese de acolhimento da alegação de preempção, de litispendência ou de coisa julgada, 522
    - 12.3.1.5 Extinção na hipótese de ausência das condições da ação, 523
    - 12.3.1.6 Extinção na hipótese de convenção de arbitragem, 523
    - 12.3.1.7 Extinção na hipótese de desistência da ação pelo autor, 524
    - 12.3.1.8 Extinção na hipótese de a ação ser considerada intransmissível por disposição legal, 525

- 12.3.1.9 Extinção quando ocorrer confusão entre o autor e o réu, 526
- 12.3.2 Hipóteses de extinção do processo com a resolução do mérito, 527
  - 12.3.2.1 Resolução na hipótese de o juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor, 529
  - 12.3.2.2 Resolução na hipótese de o réu reconhecer a procedência do pedido, 530
  - 12.3.2.3 Resolução na hipótese de as partes transigirem, 530
  - 12.3.2.4 Resolução na hipótese de o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição, 532
  - 12.3.2.5 Resolução na hipótese de o autor renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, 533
- 12.4 O princípio da congruência como norte para a atuação do magistrado, 534
- 12.5 Sentença líquida, 536
- 12.6 Requisitos da sentença, 538
- 12.7 Arbitramento de multa diária nas obrigações de fazer ou de não fazer e na obrigação de dar, 540
- 12.8 Término da função jurisdicional, 544
- 12.9 Coisa julgada – conceito, 547
  - 12.9.1 Coisa julgada material e coisa julgada formal, 548
- 12.10 Coisa julgada nas ações coletivas, 552
- 12.11 Relativização da coisa julgada, 553
- 12.12 Ação anulatória de sentença homologatória, 556
- 12.13 Ação rescisória, 558
  - 12.13.1 Dinâmica da ação rescisória, 568
  - 12.13.2 Competência na ação rescisória, 570
- 12.14 Síntese conclusiva, 571
- 12.15 Principais Súmulas aplicáveis aos assuntos tratados, 573

*Bibliografia*, 575

*Índice remissivo*, 581

# SUMÁRIO GERAL

## Volume 1

- 1 DIREITO PROCESSUAL CIVIL
- 2 JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA
- 3 DA AÇÃO
- 4 DO PROCESSO
- 5 ATOS PROCESSUAIS
- 6 PARTES E PROCURADORES
- 7 PETIÇÃO INICIAL
- 8 DEFESA DO RÉU
- 9 DO MINISTÉRIO PÚBLICO
- 10 DAS AUDIÊNCIAS

**11 DAS PROVAS**

**12 DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA**

**Volume 2**

**13 RECURSOS**

**14 EXECUÇÃO**

**15 DEFESA DO DEVEDOR**

**Volume 3**

**16 MEDIDAS DE URGÊNCIA – ANTECIPAÇÃO DE TUTELA E AÇÃO CAUTELAR**

**17 PROCEDIMENTOS ESPECIAIS**

# SUMÁRIO DO VOLUME 2

*Prefácio*, xxv

*Nota à 9ª edição*, xxvii

*Introdução*, 1

## 13 RECURSOS, 5

13.1 Recurso – conceito, 7

13.2 Recurso – objeto, 11

13.2.1 A possibilidade de ser interposto recurso contra o pronunciamento que ordena a citação do réu, 11

13.3 Recurso – objetivo, 13

13.4 Princípios processuais e constitucionais relacionados aos recursos, 16

13.4.1 Princípio do duplo grau de jurisdição, 17

13.4.1.1 Princípio do duplo grau de jurisdição no reexame necessário, 20

13.4.2 Princípio da fungibilidade, 24

13.4.3 Princípio da taxatividade, 28

13.4.4 Princípio da singularidade ou da unicidade recursal, 29

13.4.5 Princípio da proibição da *reformatio in pejus*, 29

13.5 Requisitos de admissibilidade dos recursos, 33

13.5.1 Importância do conhecimento do recurso para o trânsito em julgado da decisão judicial, 38

13.6 Classificação dos requisitos, 39

13.6.1 Tempestividade, 40

13.6.1.1 Redução de prazos para a interposição dos recursos, 42

13.6.1.2 Extensão de prazos para a interposição dos recursos, 43

13.6.1.3 Termo *a quo* da contagem do prazo recursal, 45

13.6.1.4 Intimação pessoal como condição para a fluência do prazo recursal, 49

13.6.1.5 Interposição do recurso antes do início do prazo e as suas consequências jurídicas, 49

13.6.1.6 Justa causa na interposição do recurso fora do prazo legal, 51

13.6.2 Preparo, 53

13.6.2.1 Isenções subjetivas, 54

13.6.2.2 Isenções objetivas, 57

13.6.2.3 Momento do recolhimento das custas e da comprovação nos autos, 58

13.6.2.3.1 Regras de afastamento da sistemática do art. 511 do CPC, 60

13.6.2.3.2 Recolhimento a menor e complementação, 62

13.6.2.4 O recolhimento da multa pela litigância de má-fé como requisito específico de admissibilidade do recurso, 63

13.6.3 Regularidade formal, 64

13.6.3.1 Requisitos formais da apelação, 66

13.6.3.2 Requisitos formais do agravo de instrumento, 68

13.6.3.3 Requisitos formais do recurso especial, 69

13.6.4 Adequação, 72

13.6.5 Interesse para recorrer, 74

13.6.6 Legitimidade para recorrer, 75

13.6.6.1 Legitimidade das partes, 76

13.6.6.2 Legitimidade do Ministério Público, 78

13.6.6.3 Legitimidade do terceiro prejudicado, 78

- 13.7 *Tantum devolutum quantum appellatum* × questões processuais de ordem pública, 80
- 13.8 Aceitação tácita ou expressa aos termos do pronunciamento judicial, 82
- 13.9 Desistência do recurso, 83
- 13.10 Efeitos dos recursos, 84
  - 13.10.1 Homologação da divisão ou da demarcação, 86
  - 13.10.2 Condenação à prestação de alimentos, 86
  - 13.10.3 Desfecho do processo cautelar, 87
  - 13.10.4 Rejeição liminar dos embargos à execução ou o seu julgamento pela improcedência do pedido, 88
  - 13.10.5 Julgamento pela procedência do pedido de instituição de arbitragem, 89
  - 13.10.6 Julgamento que confirma a antecipação dos efeitos da tutela, 89
    - 13.10.6.1 Julgamento que concede a antecipação dos efeitos da tutela, 91
      - 13.10.6.1.1 Recurso cabível contra o julgamento que concede a antecipação dos efeitos da tutela na sentença, 92
  - 13.10.7 Regras sobre os efeitos do recurso, disciplinadas em legislações esparsas, 94
- 13.11 Recurso adesivo, 97
- 13.12 Apelação – considerações gerais, 99
  - 13.12.1 Apelação – objeto, 102
  - 13.12.2 Apelação – objetivo, 104
  - 13.12.3 Recurso de apelação diante do indeferimento da petição inicial, 105
  - 13.12.4 Supressão da instância na hipótese do § 3º do art. 515 do CPC, 107
  - 13.12.5 Dinâmica do recurso de apelação, 110
    - 13.12.5.1 Apreciação do mérito do recurso pelo relator, 113
      - 13.12.5.1.1 Características do agravo que combate a decisão do relator, 116
      - 13.12.5.1.2 Multa pela utilização procrastinatória do agravo legal, 118
  - 13.12.6 Súmula impeditiva do recurso de apelação, 119
- 13.13 Agravo – considerações gerais, 121

- 13.13.1 Objetivo do recurso de agravo, 123
- 13.13.2 Agravo retido e agravo de instrumento, 125
  - 13.13.2.1 Agravo retido escrito e agravo retido oral, 129
  - 13.13.2.2 Dinâmica do agravo retido, 130
  - 13.13.2.3 Traslado de peças no agravo de instrumento, 131
    - 13.13.2.3.1 Dinâmica do agravo de instrumento, 133
    - 13.13.2.3.2 Antecipação de tutela no âmbito do recurso de agravo de instrumento, 136
    - 13.13.2.3.3 Comunicação da interposição do recurso ao juízo do 1º Grau de Jurisdição, 138
    - 13.13.2.3.4 Recurso de agravo no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, 139
- 13.14 Embargos infringentes – considerações gerais, 143
  - 13.14.1 Embargos infringentes – objeto, 144
  - 13.14.2 Embargos infringentes – objetivo, 146
  - 13.14.3 Recurso de embargos infringentes e o sobrestamento do prazo para a interposição do recurso especial e/ou do recurso extraordinário, 147
  - 13.14.4 Dinâmica do recurso de embargos infringentes, 148
  - 13.14.5 Embargos infringentes na ação de mandado de segurança, 149
- 13.15 Embargos de declaração – considerações gerais, 150
  - 13.15.1 Embargos de declaração – objeto, 152
  - 13.15.2 Embargos de declaração – objetivo, 153
  - 13.15.3 Interrupção do prazo para a interposição do recurso principal, 154
  - 13.15.4 Aplicação da multa em decorrência do caráter procrastinatório do recurso, 157
  - 13.15.5 Dinâmica do recurso de embargos de declaração, 160
- 13.16 Recurso ordinário – considerações gerais, 161
  - 13.16.1 Recurso ordinário – objeto, 163
  - 13.16.2 Recurso ordinário – objetivo, 164
  - 13.16.3 Dinâmica do recurso ordinário, 164
- 13.17 Recurso especial e recurso extraordinário – considerações gerais, 165
  - 13.17.1 Principais súmulas do STF e do STJ aplicáveis aos recursos Especial e Extraordinário – considerações gerais, 166

- 13.17.1.1 Súmula 282 do STF, 168
- 13.17.1.2 Súmula 279 do STF, 171
- 13.17.1.3 Súmula 281 do STF, 172
- 13.17.1.4 Súmula 13 do STJ, 174
- 13.17.2 Recurso especial – cabimento, 174
  - 13.17.2.1 Cabimento na hipótese de a decisão recorrida contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência, 176
  - 13.17.2.2 Cabimento na hipótese de a decisão recorrida julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal, 178
  - 13.17.2.3 Cabimento na hipótese de a decisão recorrida dar à lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro Tribunal, 179
- 13.17.3 Recurso extraordinário – cabimento, 180
  - 13.17.3.1 Cabimento na hipótese de a decisão recorrida contrariar dispositivo da Constituição Federal, 184
  - 13.17.3.2 Cabimento na hipótese de a decisão recorrida declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal, 184
  - 13.17.3.3 Cabimento na hipótese de a decisão recorrida julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal e na hipótese de a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal, 186
- 13.17.4 Dinâmica do recurso especial e do recurso extraordinário, 187
- 13.17.5 Recurso especial e recurso extraordinário retidos, 191
- 13.18 Embargos de divergência, 193
  - 13.18.1 Dinâmica do recurso de embargos de divergência, 195
- 13.19 Síntese conclusiva, 196
- 13.20 Principais súmulas aplicáveis aos assuntos tratados, 201
- 14 EXECUÇÃO, 208
  - 14.1 Jurisdição executiva e jurisdição de conhecimento – diferenças ontológicas, 210
  - 14.2 Execução – conceito, 214
  - 14.3 Princípios de maior relevo aplicados à execução, 217
    - 14.3.1 Princípio da menor onerosidade para o devedor, 218

- 14.3.2 Princípio do contraditório e da ampla defesa na realidade da execução, 221
- 14.4 Condições da execução, 224
  - 14.4.1 Ausência do interesse de agir na execução, 225
    - 14.4.1.1 Perda superveniente do interesse de agir na execução, 227
- 14.5 Competência para a execução, 229
- 14.6 Legitimidade para a execução, 234
  - 14.6.1 Legitimidade ativa para a execução, 235
    - 14.6.1.1 Legitimidade ativa do credor, a quem a lei confere título executivo, 236
    - 14.6.1.2 Legitimidade ativa do Ministério Público, 236
    - 14.6.1.3 Legitimidade do espólio, dos herdeiros ou dos sucessores do credor, sempre que, por morte deste, lhes for transmitido o direito resultante do título executivo, 239
    - 14.6.1.4 Legitimidade do cessionário, quando o direito resultante do título executivo lhe foi transferido por ato entre vivos, 241
    - 14.6.1.5 Legitimidade do sub-rogado, nos casos de sub-rogação legal ou convencional, 243
  - 14.6.2 Legitimidade passiva para a execução, 244
    - 14.6.2.1 Legitimidade passiva do devedor, 244
    - 14.6.2.2 Legitimidade passiva do espólio, dos herdeiros ou dos sucessores do devedor, 245
    - 14.6.2.3 Legitimidade passiva do novo devedor, que assumiu, com o consentimento do credor, a obrigação resultante do título executivo, 246
    - 14.6.2.4 Legitimidade passiva do fiador judicial, 248
    - 14.6.2.5 Legitimidade passiva do responsável tributário, assim definido na legislação própria, 250
- 14.7 Dos requisitos necessários para realizar qualquer execução, 253
- 14.8 Título executivo, 257
  - 14.8.1 Requisitos do título executivo, 260
  - 14.8.2 Títulos executivos judiciais, 264
    - 14.8.2.1 Sentença proferida no processo civil que reconheça a existência da obrigação de fazer, de não fazer, de entregar coisa ou de pagar quantia, 266

- 14.8.2.2 Sentença penal condenatória transitada em julgado, 271
- 14.8.2.3 Sentença homologatória de transação e de conciliação, 275
- 14.8.2.4 Sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça, 277
- 14.8.2.5 O formal e a certidão de partilha, exclusivamente em relação ao inventariante, aos herdeiros e aos sucessores a título singular ou universal, 278
- 14.8.2.6 Sentença arbitral, 280
- 14.8.2.7 Acordo extrajudicial, de qualquer natureza, homologado judicialmente, 282
- 14.8.3 Títulos executivos extrajudiciais, 282
  - 14.8.3.1 Letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e o cheque – considerações gerais, 283
    - 14.8.3.1.1 Letra de câmbio, 285
    - 14.8.3.1.2 Nota promissória, 286
    - 14.8.3.1.3 Duplicata, 287
    - 14.8.3.1.4 Debênture, 290
    - 14.8.3.1.5 Cheque, 290
  - 14.8.3.2 Escritura pública ou outro documento público, contrato particular e instrumento de transação, 294
  - 14.8.3.3 Contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese e caução, bem como os de seguro de vida, 298
  - 14.8.3.4 Crédito decorrente de foro e laudêmio, bem assim o crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio, 303
  - 14.8.3.5 Crédito de serventuário de justiça, de perito, de intérprete ou de tradutor, quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial, 305
  - 14.8.3.6 Certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei, 307

- 14.8.3.7 Demais títulos a que, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva, 308
- 14.9 Propositura da ação de desconstituição do título e sua prejudicialidade em face da execução, 308
- 14.10 Responsabilidade patrimonial – considerações gerais, 309
  - 14.10.1 Responsabilidade patrimonial e a impenhorabilidade de bens, 312
  - 14.10.2 Responsabilidade secundária, 315
  - 14.10.3 Fraude contra credores e fraude à execução – considerações gerais, 320
    - 14.10.3.1 Fraude contra credores, 321
    - 14.10.3.2 Fraude à execução, 323
    - 14.10.3.3 Atos atentatórios à dignidade da Justiça, 329
- 14.11 Desistência da execução e suas consequências jurídicas, 331
- 14.12 Liquidação – considerações gerais, 333
  - 14.12.1 Natureza jurídica do pronunciamento que põe fim à liquidação, 336
  - 14.12.2 Respeito à coisa julgada na liquidação, 337
  - 14.12.3 Espécies de liquidação, 338
  - 14.12.4 Resultado zero na liquidação, 343
- 14.13 Das várias espécies de execução, 344
  - 14.13.1 Execução para entrega de coisa certa, 346
    - 14.13.1.1 Multa pelo não cumprimento da obrigação e suas controvérsias principais, 347
    - 14.13.1.2 Indenização por benfeitorias realizadas como condição para o cumprimento do pronunciamento que impõe a entrega de coisa certa, 350
    - 14.13.1.3 Dinâmica da execução para entrega de coisa certa apoiada em título extrajudicial, 351
  - 14.13.2 Execução para entrega de coisa incerta, 354
  - 14.13.3 Execução das obrigações de fazer e de não fazer – considerações gerais, 355
    - 14.13.3.1 Dinâmica da execução da obrigação de fazer, 358
    - 14.13.3.2 Dinâmica da execução da obrigação de não fazer, 360
      - 14.13.3.2.1 Execução imprópria em face da não conclusão de contrato, 361

- 14.13.4 Execução por quantia certa contra devedor solvente – considerações gerais, 364
  - 14.13.4.1 Citação do devedor, 366
  - 14.13.4.2 Arresto, 370
  - 14.13.4.3 Pagamento do principal com os acréscimos legais e suas consequências jurídicas, 372
  - 14.13.4.4 Nomeação de bens à penhora, 373
  - 14.13.4.5 Não localização de bens do devedor passíveis de penhora e consequências processuais, 376
  - 14.13.4.6 Obtenção de certidão comprobatória do ajuizamento da execução, 378
  - 14.13.4.7 Penhora – conceito, 379
    - 14.13.4.7.1 Efeitos da penhora, 380
    - 14.13.4.7.2 Penhora efetivada por carta, 382
    - 14.13.4.7.3 Penhora de bens imóveis, 382
    - 14.13.4.7.4 Dinâmica da penhora, 383
    - 14.13.4.7.5 Pronunciamento judicial que resolve a questão da penhora, 385
    - 14.13.4.7.6 Desfazimento da penhora incidente em bens de terceiro não responsável, 385
    - 14.13.4.7.7 Renovação da penhora, 386
    - 14.13.4.7.8 Penhoras especiais, 388
  - 14.13.4.8 Oposição dos embargos e eventual suspensão do curso da execução, 389
  - 14.13.4.9 Avaliação – considerações gerais, 390
    - 14.13.4.9.1 Dispensa da avaliação, 391
    - 14.13.4.9.2 Dinâmica da avaliação, 392
  - 14.13.4.10 Formas de satisfação do credor, 393
  - 14.13.4.11 Pagamento ao credor em dinheiro como resultado da arrematação – considerações gerais, 394
    - 14.13.4.11.1 Atos preparatórios da hasta pública, 396
    - 14.13.4.11.2 Tentativas de venda do bem penhorado, 400
    - 14.13.4.11.3 Dinâmica da arrematação, 403
    - 14.13.4.11.4 Finalização da arrematação, 404

- 14.13.4.11.5 Frustração da hasta pública e suas consequências processuais, 406
- 14.13.4.12 Satisfação do credor através da adjudicação de bens, 407
- 14.13.4.13 Satisfação do credor através do usufruto de bem móvel ou imóvel, 409
  - 14.13.4.13.1 Efeito do usufruto, 409
  - 14.13.4.13.2 Legitimidade para requerer o usufruto, 410
  - 14.13.4.13.3 Momento da concessão do usufruto, 410
  - 14.13.4.13.4 Dinâmica do usufruto de imóvel, 411
- 14.14 Remição da execução, remição de bens e remissão da dívida – diferenças principais, 412
- 14.15 Execuções especiais – considerações gerais, 414
  - 14.15.1 Execução de alimentos – considerações gerais, 414
    - 14.15.1.1 Espécies de execuções de alimentos, 415
    - 14.15.1.2 Dinâmica da execução de alimentos com cominação de prisão, 417
  - 14.15.2 Execução contra a Fazenda Pública, 421
  - 14.15.3 Execução fiscal, 425
- 14.16 Execução por quantia certa contra devedor insolvente – considerações gerais, 433
  - 14.16.1 Declaração de insolvência, 437
    - 14.16.1.1 Efeitos da declaração de insolvência, 438
  - 14.16.2 Legitimidade para o requerimento de insolvência, 438
  - 14.16.3 Atribuições do administrador, 441
  - 14.16.4 Verificação e classificação dos créditos, 442
  - 14.16.5 Saldo devedor, 444
  - 14.16.6 Extinção da obrigação, 445
- 14.17 Suspensão da execução – considerações gerais, 445
  - 14.17.1 Suspensão da execução pelo recebimento dos embargos do devedor, 446
  - 14.17.2 Suspensão da execução em face de o devedor não possuir bens penhorados, 447
  - 14.17.3 Suspensão convencional da execução, 449
- 14.18 Extinção da execução – considerações gerais, 450

- 14.19 Antecipação de tutela no processo de execução, 452
- 14.20 Síntese conclusiva, 455
- 14.21 Principais súmulas aplicáveis aos assuntos tratados, 460
  
- 15 DEFESA DO DEVEDOR, 464
  - 15.1 Defesa do devedor – considerações gerais, 465
  - 15.2 A repercussão da Lei nº 11.232/2005 na matéria dos embargos à execução, 468
  - 15.3 Condições da ação de embargos à execução, condições e pressupostos específicos, 470
  - 15.4 Embargos à execução sem exigência da garantia do juízo, 472
  - 15.5 Prazo para a oposição dos embargos na hipótese de a citação ser efetivada através de carta precatória, 473
  - 15.6 Prazo para a oposição dos embargos na hipótese de a execução ter sido proposta contra mais de um executado, 474
  - 15.7 Reforço de penhora e oposição de novos embargos, 475
  - 15.8 Legitimidade do responsável para oposição dos embargos à execução, 477
  - 15.9 Perda do prazo para a oposição dos embargos e suas consequências jurídicas, 479
  - 15.10 Embargos à execução e impugnação – hipóteses de cabimento, 480
    - 15.10.1 Falta ou nulidade de citação no processo de conhecimento, 482
    - 15.10.2 Inexigibilidade do título, 484
    - 15.10.3 Ilegitimidade das partes, 485
    - 15.10.4 Penhora incorreta ou avaliação errônea, 486
    - 15.10.5 Excesso de execução, 487
    - 15.10.6 Demonstração da ocorrência de causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, 488
  - 15.11 Dinâmica dos embargos à execução, 490
  - 15.12 Pleito de condenação em perdas e danos no âmbito dos embargos à execução, 493
  - 15.13 Novidades originadas da Lei nº 11.382/2006 no campo da reação do executado, 495
  - 15.14 Exceção de pré-executividade – considerações gerais, 497
    - 15.14.1 Exceção de pré-executividade – natureza jurídica, 499
    - 15.14.2 Exceção de pré-executividade – fundamentação jurídica, 500

- 15.14.3 Não oferecimento dos embargos e possibilidade de apresentação da exceção de pré-executividade, 502
- 15.14.4 Exceção de pré-executividade – hipóteses clássicas de cabimento, 504
- 15.14.5 Julgamento da exceção e suas consequências jurídicas, 508
- 15.14.6 Dinâmica da exceção de pré-executividade, 510
- 15.15 Embargos à arrematação e à adjudicação, 513
  - 15.15.1 Embargos à arrematação e à adjudicação – hipóteses de cabimento, 516
  - 15.15.2 Dinâmica dos embargos à arrematação e à adjudicação, 517
- 15.16 Lei nº 11.232/2005 – artigos relacionados à defesa do executado, 518
- 15.17 Síntese conclusiva, 523
- 15.18 Principais súmulas relacionadas aos assuntos tratados, 525

*Bibliografia, 527*

*Índice remissivo, 535*

## SUMÁRIO DO VOLUME 3

*Prefácio*, xxv

*Nota à 9ª edição*, xxvii

*Introdução*, 1

- 16 MEDIDAS DE URGÊNCIA – ANTECIPAÇÃO DE TUTELA E AÇÃO CAUTELAR, 5
  - 16.1 Medidas de urgência – considerações gerais, 6
  - 16.2 Diferenças ontológicas entre a tutela antecipada e a liminar da ação cautelar, 11
  - 16.3 Princípio da motivação no panorama das medidas de urgência, 15
  - 16.4 Princípio do contraditório e da ampla defesa no panorama das medidas de urgência, 17
  - 16.5 Tutela antecipada – considerações gerais, 18
    - 16.5.1 Requisitos da tutela antecipada, 23
      - 16.5.1.1 Prova inequívoca da verossimilhança da alegação, 24
      - 16.5.1.2 Fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, 27
      - 16.5.1.3 Caracterização do abuso do direito de defesa ou do manifesto propósito protelatório do réu, 27

- 16.5.2 Legitimidade e necessidade de requerimento expreso do autor, 29
- 16.5.3 Perigo da irreversibilidade da medida, 32
- 16.5.4 Antecipação de tutela na hipótese da incontrovérsia de um dos pedidos, 34
- 16.5.5 Efetivação da tutela antecipada, 34
- 16.5.6 Tutela antecipada no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, 37
- 16.5.7 Antecipação da tutela contra a Fazenda Pública, 40
- 16.5.8 Fungibilidade do pedido de tutela antecipada em medida cautelar, 42
- 16.5.9 Recurso cabível contra a decisão que antecipa a tutela, 43
- 16.5.10 Tutela antecipada deferida na sentença – implicações jurídicas, 45
- 16.6 Ação cautelar, medida cautelar e processo cautelar – considerações gerais, 47
  - 16.6.1 Condições da ação cautelar, 50
  - 16.6.2 Incidência da ação cautelar, 51
  - 16.6.3 Requisitos específicos da cautelar – *fumus boni juris* e *periculum in mora*, 53
  - 16.6.4 Princípios da ação cautelar, 55
  - 16.6.5 Petição inicial da ação cautelar, 59
  - 16.6.6 Recursos cabíveis no panorama do processo cautelar, 66
  - 16.6.7 Prestação de caução, 69
  - 16.6.8 Perda da eficácia da medida cautelar e suas consequências processuais, 70
  - 16.6.9 Defesa do réu no processo cautelar, 76
  - 16.6.10 Sentença cautelar, 78
    - 16.6.10.1 Efeitos acessórios da sentença cautelar – condenação ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, 80
  - 16.6.11 Responsabilidade por perdas e danos, 82
  - 16.6.12 Dinâmica do processo cautelar em geral, 86
  - 16.6.13 Medidas cautelares nominadas e medidas cautelares inominadas – distinção, 91
    - 16.6.13.1 Arresto – considerações gerais, 95
      - 16.6.13.1.1 Requisitos específicos do arresto, 97

- 16.6.13.1.2 Suspensão e cessação do arresto, 99
- 16.6.13.1.3 Dinâmica do arresto, 100
- 16.6.13.1.4 Aplicação subsidiária das normas relativas à penhora à medida cautelar de arresto, 103
- 16.6.13.2 Sequestro – considerações gerais, 104
  - 16.6.13.2.1 Dinâmica do sequestro, 106
- 16.6.13.3 Medida cautelar de caução – considerações gerais, 108
  - 16.6.13.3.1 Legitimidade para o ingresso da ação cautelar de caução, 110
  - 16.6.13.3.2 Caução como condição para a propositura da demanda judicial, 110
  - 16.6.13.3.3 Dinâmica da cautelar de caução, 112
- 16.6.13.4 Busca e apreensão – considerações gerais, 113
  - 16.6.13.4.1 Objeto da busca e apreensão, 115
  - 16.6.13.4.2 Dinâmica da busca e apreensão, 116
- 16.6.13.5 Exibição – considerações gerais, 119
  - 16.6.13.5.1 Exibição como procedimento cautelar, 122
  - 16.6.13.5.2 Dinâmica da exibição, 123
- 16.6.13.6 Produção antecipada de provas – considerações gerais, 124
  - 16.6.13.6.1 Dinâmica da tomada do depoimento da parte e/ou da testemunha em regime de antecipação, 127
  - 16.6.13.6.2 Dinâmica da prova pericial em regime de antecipação, 130
- 16.6.13.7 Alimentos provisionais – considerações gerais, 131
  - 16.6.13.7.1 Caráter satisfativo da medida cautelar de alimentos provisionais, 135
  - 16.6.13.7.2 Competência para o processamento e o julgamento da medida cautelar de alimentos provisionais, 136
  - 16.6.13.7.3 Dinâmica da medida cautelar de alimentos provisionais, 136
  - 16.6.13.7.4 Execução da medida, 138

- 16.6.13.8 Arrolamento de bens – considerações gerais, 139
  - 16.6.13.8.1 Competência para a ação cautelar de arrolamento de bens, 141
  - 16.6.13.8.2 Pressupostos específicos da ação cautelar de arrolamento de bens, 142
  - 16.6.13.8.3 Dinâmica da cautelar de arrolamento de bens, 143
  - 16.6.13.8.4 Sentença no panorama da ação cautelar de arrolamento de bens, 145
- 16.6.13.9 Justificação – considerações gerais, 145
  - 16.6.13.9.1 Competência para a ação cautelar de justificação, 146
  - 16.6.13.9.2 Defesa do interessado na justificação, 147
  - 16.6.13.9.3 Dinâmica da justificação, 148
- 16.6.13.10 Protestos, notificações e interpelações – considerações gerais, 149
  - 16.6.13.10.1 Dinâmica do protesto, da notificação e da interpelação, 151
- 16.6.13.11 Homologação do penhor legal – considerações gerais, 153
  - 16.6.13.11.1 Dinâmica da cautelar de homologação do penhor legal, 155
  - 16.6.13.11.2 Sentença que põe fim à cautelar de homologação de penhor legal, 157
- 16.6.13.12 Posse em nome do nascituro – considerações gerais, 158
  - 16.6.13.12.1 Legitimidade para o ingresso da cautelar da posse em nome do nascituro, 160
  - 16.6.13.12.2 Dinâmica da cautelar da posse em nome do nascituro, 160
- 16.6.13.13 Atentado – considerações gerais, 161
  - 16.6.13.13.1 Legitimidade para o atentado, 162
  - 16.6.13.13.2 Competência para o atentado, 163
  - 16.6.13.13.3 Dinâmica do atentado, 164
  - 16.6.13.13.4 Sentença no atentado, 165

- 16.6.13.14 Protesto e apreensão de títulos – considerações gerais, 167
  - 16.6.13.14.1 Protesto, 167
  - 16.6.13.14.2 Apreensão de títulos, 169
- 16.6.13.15 Outras medidas provisionais, 171
- 16.7 Síntese conclusiva, 172
- 16.8 Principais súmulas relacionadas aos assuntos tratados, 176
  
- 17 PROCEDIMENTOS ESPECIAIS, 179
  - 17.1 Procedimentos especiais – notas introdutórias, 181
  - 17.2 Aplicação subsidiária das regras do procedimento comum ordinário, 185
  - 17.3 Ação de consignação em pagamento – considerações gerais, 187
    - 17.3.1 Consignação extrajudicial – considerações gerais, 190
      - 17.3.1.1 Dinâmica da consignação extrajudicial, 192
    - 17.3.2 Integralidade do depósito como condição para o reconhecimento da liberação do devedor, 194
    - 17.3.3 Competência para o ingresso da ação de consignação em pagamento, 195
    - 17.3.4 Consignação judicial – considerações gerais, 197
      - 17.3.4.1 Legitimidade ativa e passiva no panorama da ação de consignação em pagamento, 199
      - 17.3.4.2 Defesa do réu na ação de consignação em pagamento, 201
      - 17.3.4.3 Consignação fundada em dúvida sobre quem deva legitimamente receber, 203
      - 17.3.4.4 Natureza da sentença judicial que põe fim à ação de consignação em pagamento, 206
      - 17.3.4.5 Dinâmica da ação de consignação em pagamento, 207
    - 17.3.5 Ação de consignação em pagamento prevista no panorama da Lei do Inquilinato, 210
  - 17.4 Depósito – considerações gerais, 212
    - 17.4.1 Ação de depósito, 213
      - 17.4.1.1 Competência no panorama da ação de depósito, 214

- 17.4.1.2 Legitimidade ativa e passiva na ação de depósito, 214
- 17.4.1.3 Dinâmica da ação de depósito, 215
- 17.4.1.4 Sentença e recursos cabíveis no panorama da ação de depósito, 218
- 17.4.1.5 Alienação fiduciária e ação de depósito, 219
- 17.5 Ação de anulação e substituição de títulos ao portador, 221
  - 17.5.1 Competência para a ação de anulação e substituição de títulos ao portador, 222
  - 17.5.2 Legitimidade ativa e passiva para a ação de anulação e substituição de títulos ao portador, 223
  - 17.5.3 Petição inicial no panorama da ação de anulação e substituição de títulos ao portador, 223
  - 17.5.4 Objetivo e natureza da sentença que põe fim à ação de anulação e substituição de títulos ao portador, 224
  - 17.5.5 Dinâmica da ação de anulação e substituição de títulos ao portador, 225
  - 17.5.6 Ação de substituição de título parcialmente destruído, 227
    - 17.5.6.1 Dinâmica da ação de substituição de título parcialmente destruído, 228
- 17.6 Ação de prestação de contas – considerações gerais, 229
  - 17.6.1 Prestação de contas requerida por aquele que tem o direito de exigi-las, 231
  - 17.6.2 Competência para ação de prestação de contas, 233
  - 17.6.3 Dinâmica da ação proposta por aquele que tem a obrigação de apresentar as contas, 234
  - 17.6.4 Natureza dúplice da ação de prestação de contas, 234
- 17.7 Ações possessórias – considerações gerais, 236
  - 17.7.1 Posse gerada por disposição contratual e suas consequências jurídicas, 239
  - 17.7.2 A postulação incorreta e suas consequências jurídicas, 241
  - 17.7.3 Extinção do processo e suas consequências sucumbenciais, 244
  - 17.7.4 Razões da preferência pela ação possessória, 245
  - 17.7.5 Detentor ou *fâmulo* da posse e a posse exercitada em face da permissão ou da tolerância do verdadeiro possuidor, 247
  - 17.7.6 O instituto da autodefesa na realidade das questões possessórias, 248

- 17.7.7 Petição inicial na realidade das ações possessórias, 250
  - 17.7.7.1 Autoridade a que é dirigida, 253
    - 17.7.7.1.1 Autoridade competente na hipótese de a ação possessória envolver o espólio como parte, 256
    - 17.7.7.1.2 Autoridade competente na hipótese de a ação envolver imóvel pertencente à pessoa jurídica de direito público, 257
  - 17.7.7.2 Nome e qualificação das partes, 258
    - 17.7.7.2.1 Litisconsórcio no panorama da ação possessória, 260
  - 17.7.7.3 Fatos e fundamentos jurídicos do pedido da ação possessória, 262
    - 17.7.7.3.1 Demonstração da posse anterior, 264
    - 17.7.7.3.2 Demonstração da prática da turbação ou do esbulho, 266
    - 17.7.7.3.3 Data da ocorrência da turbação ou do esbulho, 269
  - 17.7.7.4 Pedido no panorama das ações possessórias, 271
    - 17.7.7.4.1 Cominação de pena para o caso de nova turbação ou esbulho, 275
    - 17.7.7.4.2 Especificação do pedido de liminar no panorama da ação possessória, 277
    - 17.7.7.4.3 Pedido de mérito no panorama da ação possessória, 277
  - 17.7.7.5 Valor da causa nas ações possessórias, 278
  - 17.7.7.6 Documentos obrigatórios à propositura da ação possessória, 279
- 17.7.8 Legitimidade passiva no panorama da ação possessória, 282
- 17.7.9 Definição do rito da ação possessória, 285
- 17.7.10 Defesa do réu no panorama da ação possessória – considerações gerais, 288
  - 17.7.10.1 Pedidos de defesa no panorama da ação possessória, 290
  - 17.7.10.2 Indenização e retenção por benfeitorias realizadas, 292

- 17.7.10.3 Natureza dúplice da ação possessória e suas consequências jurídicas, 294
- 17.7.10.4 Exceção de domínio, 298
- 17.7.10.5 Apresentação das demais espécies de defesa na ação possessória, 301
- 17.7.11 Dinâmica da ação possessória, 304
  - 17.7.11.1 Apreciação da liminar, 308
  - 17.7.11.2 Fase de instrução probatória no panorama da ação possessória, 313
    - 17.7.11.2.1 Audiência de instrução e julgamento na ação possessória, 315
    - 17.7.11.2.2 Fracionamento da audiência e suas consequências jurídicas, 318
    - 17.7.11.2.3 Atos preparatórios da audiência de instrução e julgamento, 320
- 17.7.12 Audiência de justificação, 321
- 17.7.13 Sentença e correspondente efetivação, 324
- 17.7.14 Dinâmica da ação possessória no âmbito do procedimento sumaríssimo, 329
- 17.8 Ação de nunciação de obra nova, 331
  - 17.8.1 Legitimidade para a ação de nunciação de obra nova, 333
  - 17.8.2 Pedidos próprios da ação de nunciação de obra nova, 336
  - 17.8.3 Competência para a ação de nunciação de obra nova, 337
  - 17.8.4 Dinâmica da ação de nunciação de obra nova, 338
  - 17.8.5 Sentença na nunciação de obra nova e execução correspondente, 340
- 17.9 Ação de usucapião – considerações gerais, 341
  - 17.9.1 Competência no usucapião, 344
  - 17.9.2 Litisconsórcio na ação de usucapião, 347
  - 17.9.3 Legitimidade no usucapião, 349
  - 17.9.4 Petição inicial no usucapião, 350
  - 17.9.5 Dinâmica da ação de usucapião, 352
  - 17.9.6 Sentença na ação de usucapião, seu ataque e efetivação em momento posterior, 355
  - 17.9.7 Usucapião como matéria de defesa, 356

- 17.9.8 Prazos para a aquisição por usucapião em face do CC de 2002, 358
- 17.10 Ação de divisão e demarcação de terras particulares – considerações gerais, 360
  - 17.10.1 Ação de divisão, 360
    - 17.10.1.1 Competência na ação de divisão, 361
    - 17.10.1.2 Legitimidade na ação de divisão, 361
    - 17.10.1.3 Dinâmica da ação de divisão, 362
  - 17.10.2 Ação de demarcação, 363
    - 17.10.2.1 Competência na ação de demarcação, 363
    - 17.10.2.2 Legitimidade na ação de demarcação, 364
    - 17.10.2.3 Dinâmica da ação de demarcação, 365
- 17.11 Inventário e partilha – considerações gerais, 367
  - 17.11.1 Dispensa do processo de inventário, 369
  - 17.11.2 Qualificação do inventário como procedimento de jurisdição voluntária, 371
  - 17.11.3 Competência para o inventário, 373
  - 17.11.4 Prazo para a abertura e para a conclusão do inventário, 374
  - 17.11.5 Administrador provisório, 376
  - 17.11.6 Inventariante judicial, 377
    - 17.11.6.1 Legitimidade para a inventariança, 378
    - 17.11.6.2 Incumbências do inventariante, 379
    - 17.11.6.3 Remoção do inventariante, 381
  - 17.11.7 Legitimidade para o inventário, 382
  - 17.11.8 Petição inicial do processo de inventário, 383
  - 17.11.9 Dinâmica do inventário, 385
  - 17.11.10 Arrolamento, 393
    - 17.11.10.1 Dinâmica do arrolamento, 393
  - 17.11.11 Inventário extrajudicial, 394
- 17.12 Embargos de terceiro – considerações gerais, 398
  - 17.12.1 Natureza jurídica da ação de embargos de terceiro, 400
  - 17.12.2 Prazo para a oposição dos embargos de terceiro, 402
  - 17.12.3 Competência para processar e julgar os embargos de terceiro, 403

- 17.12.4 Legitimidade ativa e passiva no panorama dos embargos de terceiro, 404
- 17.12.5 Embargos de terceiro na realidade do compromisso de compra e venda de bem imóvel, 405
- 17.12.6 Dinâmica dos embargos de terceiro, 407
- 17.12.7 Sentença na ação de embargos de terceiro, 410
- 17.12.8 Recursos no panorama da ação de embargos de terceiro, 411
- 17.13 Habilitação – considerações gerais, 412
  - 17.13.1 Legitimidade na habilitação, 414
  - 17.13.2 Competência na habilitação, 415
  - 17.13.3 Dinâmica da habilitação, 415
  - 17.13.4 Habilitação independentemente de ação específica, 416
- 17.14 Restauração de autos – considerações gerais, 417
  - 17.14.1 Legitimidade para a restauração de autos, 419
  - 17.14.2 Competência para a restauração de autos, 420
  - 17.14.3 Existência de autos suplementares e ausência de interesse de agir, 421
  - 17.14.4 Dinâmica da ação de restauração de autos, 422
  - 17.14.5 Sentença na ação de restauração de autos e recursos cabíveis, 424
  - 17.14.6 Remessa de peças do processo ao Ministério Público para apuração da prática de crime, 425
  - 17.14.7 Responsabilidade pelo pagamento das custas e dos honorários na ação de restauração de autos, 426
- 17.15 Vendas a crédito com reserva de domínio – considerações gerais, 427
  - 17.15.1 Dinâmica das ações decorrentes da venda com reserva de domínio, 429
- 17.16 Ação monitória – considerações gerais, 430
  - 17.16.1 Prova escrita no panorama da ação monitória, 435
  - 17.16.2 Princípio do contraditório na realidade da ação monitória, 437
  - 17.16.3 Legitimidade ativa e passiva na ação monitória, 439
  - 17.16.4 Competência para a ação monitória, 439
  - 17.16.5 Dinâmica da ação monitória, 440
  - 17.16.6 Ação monitória e a Fazenda Pública, 445
- 17.17 Procedimentos especiais de jurisdição voluntária, 446
  - 17.17.1 Alienação judicial, 452

- 17.17.2 Divórcio extrajudicial, 454
- 17.17.3 Testamentos e codicilos, 458
- 17.17.4 Herança jacente, 462
- 17.17.5 Bens dos ausentes, 465
- 17.17.6 Coisas vagas, 468
- 17.17.7 Curatela dos interditos, 470
- 17.17.8 Organização e fiscalização das fundações, 473
- 17.17.9 Especialização da hipoteca legal, 475
- 17.18 Síntese conclusiva, 476
- 17.19 Principais Súmulas aplicáveis aos assuntos tratados, 480

*Bibliografia*, 485

*Índice remissivo*, 491